

Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br

FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

LEI N. ° 630DE 06 DE OUTUBRO DE 2021

ALTERA A LEI N° 553 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019 QUE CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FOMENTO AO TURISMO, INSTITUI O PROGRAMA EMPREENDA CAPELA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art.1º. O Parágrafo único do artigo 1º da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo será responsável pela operacionalização e administração das medidas necessárias à implementação do Programa a que se refere ao caput desse artigo, podendo para tanto, na forma da lei, firmar convênios, contratar serviços, estabelecer parcerias e adotar as iniciativas indispensáveis ao bom cumprimento dos objetivos compreendidos por referidas ações, fazendo uso dos seus recursos institucionais e dos que forem destinados na presente lei.

Art. 2°. O artigo 2°. da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º. O Programa EMPREENDA CAPELA tem como objetivo principal criação de macro ambiência favorável ao empreendedorismo local, tendo como prioridade a concessão de crédito produtivo orientado com o objetivo de incentivar a geração de ocupação e renda entre os empreendedores do município de Capela, assim como apoiar e fortalecer a economia solidária, o micro empreendedor individual, o micro empresário, o empresário de pequeno porte, os autônomos e as cooperativas de produção do Município, aumentando o fluxo econômico e a competitividade, modernizando e melhorando a produtividade das MPE e dos MEI, bem como dos Produtores Rurais com DAP, da Economia Criativa, dos Arranjos produtivos, ONG's, Cooperativas e Associações, na produção de bens e serviços e nas ações de fomento ao turismo





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

como elemento propulsor do Desenvolvimento no Município de Capela e destinase a:

[...]

IX – fomentar as ações de ONG's, inclusive, as voltadas a sustentabilidade ambiental e proteção animal.

[..]

XII - elaborar o seu regimento interno, prevendo suas responsabilidades, organizações e atribuições, inclusive de seus órgãos de assessoramento;

[...]

XV - gerenciar o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Fomento ao Turismo de CAPELA voltado ao financiamento dos planos, políticas, programas e ações estabelecidos pela Secretária de Desenvolvimento Econômico através do Ponto/Sala do Empreendedor;

XVI – coordenar a viabilidade de acesso a maquinários agrícolas aos produtores rurais em parcerias com entidades associativas de agricultura familiar, bem como a agropecuária.

XVII – apoiar a elaboração e execução de Plano Estratégico de fomento ao turismo, criação e ampliação do calendário de eventos que valorizem a cultura local e promova o fortalecimento do marketing local com a revitalização de espaços públicos para a ocupação criativa;

[...]

XIX - locar móveis e imóveis para as atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo bem como contratar Profissionais (Consultores, oficineiros, contadores, Agentes de Desenvolvimento) especializados para melhor atender às demandas dos serviços prestados pelo Ponto/Sala de empreendedor.

[...]

XXIV - garantir recursos econômicos e financeiros necessários à efetivação da cooperação em rede, por meio da formalização e operacionalização de consórcios intermunicipais que tenham por objeto o desenvolvimento Econômico e o fomento ao Turismo regional.





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

XXV - apoiar aos grupos culturais e artistas locais formalizados na perspectiva de fruição e difusão dos trabalhos de valorização da Cultura e turismo locais.

XXVI - aumentar as oportunidades de emprego através da criação, ampliação, modernização, transferência ou reativação de negócios, formais e informais, através da concessão de empréstimos financeiros, facilitação do acesso a novas tecnologias de produção e assistência técnica especializada aos empreendedores e a logística de distribuição e conquistas de novos mercados;

XXVII - elevar a qualidade de vida da população pela criação de fontes de renda seguras e consistentes, que proporcione sustento às famílias de empreendedores, em particular, às de baixa renda;

XXVIII - promover a capacitação e a qualificação gerencial de empreendedores e gestores de pequenos negócios, visando aprimorar suas aptidões e assegurar acesso à inovação tecnológica que lhes garanta maior eficiência produtiva e competitividade no mercado;

XXIX - promover sistemas associativos de produção mediante a criação e a manutenção de centrais de compras, de produção e vendas, sob a gestão dos empreendedores, formais e informais, de pequenos negócios;

XXX - oferecer infraestrutura para facilitar escoamento da produção e possibilitar o acesso dos pequenos empreendedores ao sistema de comercialização;

XXXI - viabilizar a participação de empreendedores, formais e informais em feiras e exposições onde quer que sua presença possa contribuir para o desenvolvimento de suas atividades;

XXXII - apoiar e estimular a criação de organizações e mecanismos de microcrédito produtivo e orientado

XXXIII - apoiar e estimular a consolidação de ação de suporte a economia solidária e o comércio justo sustentável.

§ 1° Considera-se empreendedor a pessoa física, jurídica ou qualquer outra forma associativa de produção ou trabalho de micro e pequeno porte





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

que tem por função básica a produção de bens ou prestação de serviços objetivando a geração de receita e a promoção do trabalho, emprego e renda.

- § 2° Poderão receber aporte de recursos do **EMPREENDA CAPELA** os empreendedores, nos termos de regulamentação desta Lei. "
- Art. 3°. O artigo 3° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito produtivo orientado aquele concedido para atendimento das necessidades financeiras de empreendedores, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto destes com a produção de bens e/ou prestação de serviços que passem a agregar renda com a participação direta destes no local onde é executada a atividade econômica, obedecidas as seguintes exigências.
- I o atendimento ao tomador final dos recursos será realizado pela Coordenadoria do EMPEREENDA CAPELA, responsável por autorizar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;
- II a comunicação com o tomador final dos recursos deve ser mantida durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica;
- III o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos.
- IV o crédito concedido deverá observar as regras estabelecidas na presente lei, no decreto de regulamentação e em edital, que disciplinarão a concessão do crédito produtivo, devendo, prioritariamente, ter como objetivo dotar os beneficiários de condições para o desenvolvimento sustentável de suas atividades produtivas."
- Art. 4°. O artigo 4° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

- "Art. 4°. Os modelos de contratos de concessão obedecerão às normas desta Lei e deverão consignar, com destaque, o nome do Programa **EMPREENDA CAPELA.**"
- Art. 5°. O artigo 5° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 5°. As Agências do Programa **EMPREENDA CAPELA** deverão ser implantadas com a incumbência de disponibilizar informações sobre o Programa e facilitação do acesso dos empreendedores."
- Art. 6°. O artigo 6° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 6°. Para a implementação e operacionalização do Programa **EMPREENDA CAPELA**, fica instituído o Fundo Municipal de Apoio ao Empreendedorismo FUNDO EMPREENDEDOR DA CAPELA.
- § 1° Os recursos arrecadados através do FUNDO EMPREENDEDOR DA CAPELA serão administrados pelo titular da Coordenadoria do **EMPREENDA CAPELA**.
- § 2° Fica autorizada a destinação de no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos arrecadados através do FUNDO EMPREENDEDOR CAPELA para o custeio operacional do Programa EMPREENDA CAPELA.
- § 3° O FUNDO EMPREENDEDOR DA CAPELA tem contabilidade própria e a aplicação de seus recursos ficam sujeitos à prestação de contas na forma e nos prazos da legislação que disciplina a administração financeira."
- **Art. 7°.** O artigo 7° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 7°. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal a que se refere o artigo anterior:
- I as consignadas no Orçamento Geral do Município de Capela;
- II originárias da arrecadação da Taxa de Administração de Contratos, que tem como fato gerador a assinatura de contratos entre o município de





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000
Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br

FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

Capela e os seus fornecedores de produtos e serviços na ordem de 2,0% sobre o valor de face deste, a ser realizada no ato de consolidação dos respectivos pagamentos.

 III - aquelas decorrentes de recursos próprios das entidades ou órgãos da administração pública municipal, onde se encontram consignadas as dotações orçamentárias do Programa;

IV - recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Assistência Social FMAS em montante a ser aprovado pelo Conselho Gestor do mencionado fundo, devendo estes ser integralmente aplicados em ações que componham a construção de mecanismos de economia solidária e inserção social.

V - os valores decorrentes da remuneração do Fundo pelos financiamentos concedidos pelo agente financeiro e os rendimentos resultantes de aplicações financeiras dos recursos não comprometidos;

VI - juros e quaisquer outros rendimentos eventuais;

VII - amortizações de empréstimos concedidos.

- § 1°. Nos termos do art. 145, II da CF/1988 e para efeito de consignar contrapartida à cobrança estabelecida no inciso II do presente artigo, fica estipulada como contraprestação municipal a publicação e fiscalização dos contratos administrativos mediante emissão de certidão de regularidade de preceitos de sustentabilidade econômica, social e ambiental que comprove a plena aplicação destes no âmbito da execução dos contratos, sendo esta condição sine qua non de habilitação ao recebimento do pactuado em contrato;
- § 2°. Ficam excluídos da incidência da Taxa de Administração de que trata o inciso II do presente artigo, os seguintes contratos:
- I De serviços públicos explorados por concessões dispensadas de procedimento licitatório para contratação com o município, bem como todos os prestadores de serviço pessoa física, independente da forma de contratação;
- II Das pessoas jurídicas registradas na região geográfica do município de Capela;





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

- III Com o valor inferior a 02 (dois) salários-mínimos.
- § 3°. As fontes de recursos do Programa, observados os limites e condições da legislação de regência, podem ser utilizadas para abertura de créditos adicionais para o desenvolvimento das suas ações.
- § 4°. Aplica-se a cobrança da Taxa de Administração de Contratos, prevista no inciso II do caput deste artigo, aos pagamentos a credores, cuja contratação se faça, nos termos do art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores hábeis, tais como, carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- **Art. 8°.** O artigo 8° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:
- "Art. 8º. A supervisão do Fundo será exercida pelo Conselho Gestor do FUNDO EMPREENDEDOR DA CAPELA, presidido pelo(a) Secretário(a) de Indústria e Desenvolvimento Econômico e composto por um membro da Secretaria de Finanças, um membro da Controladoria Geral do Município e um membro do Gabinete do Prefeito, sempre assistidos pela Procuradoria-Geral do Município que atuará em caráter consultivo, possuindo as seguintes atribuições:
- I auxiliar no estabelecimento de critérios e fixação de limites globais e individuais para a concessão dos financiamentos e subvenções, observadas as disponibilidades do Fundo;
- II sugerir prazos de amortização e carência, bem como os encargos dos mutuários e multas por eventual inadimplemento contratual;
- III analisar as contas operacionais do Fundo, por meio de balancetes, além de avaliar os resultados e propor medidas de aprimoramento de suas atividades;
- IV manifestar-se sobre ajustes a serem celebrados com terceiros, tendo por objeto recursos do Fundo;
- V elaborar o Regimento Interno.





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

Parágrafo único. O Regimento Interno consignará que a tomada de crédito se dará mediante decisão colegiada de órgão integrante do Fundo, ratificada pelo presidente do Conselho Gestor, ouvidas as consultorias jurídica e contábil do Fundo."

Art. 9°. O artigo 9° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9°. Os casos de inadimplências merecerão especial cuidado do programa, no sentido de identificar circunstâncias ou fatores supervenientes, alheios à vontade do tomador, que possam ser responsáveis por dificuldades momentâneas de pagamento, situação em que deverá proceder a prorrogação das parcelas vencidas ou mesmo a renegociação do contrato, de modo a ajustar as obrigações do tomador à real capacidade de amortização de empreendimento.

Parágrafo único. Adotadas as providências do caput deste artigo, persistindo a inadimplência por parte do tomador, será feita a notificação formal do inadimplemento da obrigação por meio de protesto e, posteriormente, inclusão do inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito, bem como diligenciar no sentido de inscrever o débito junto à dívida ativa e promover sua execução, através da Procuradoria Geral do Município."

- Art. 10°. O artigo 10° da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 10°. O Conselho a que se refere o artigo anterior terá a sua composição definida em Decreto do Chefe do Poder Executivo."
- Art. 11 O artigo 11 da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:
- "Art. 11. Enquanto não instalado o Conselho Gestor, Ato do Chefe do Poder Executivo substituirá as ações do respectivo Conselho."
- Art. 12 O artigo 12 da Lei 553 de 18 de outubro de 2019 passa a vigorar com a seguinte redação:





Rua Coelho e Campos, nº 1201, bairro Centro, Capela/Sergipe, CEP: 49.700-000 Site: www.capela.se.gov.br E-mail: gabinete@capela.se.gov.br FONE: 79 3263-1707 CNPJ nº 13.119.961/0001-61

"Art. 12. Não será concedido empréstimo pelo Fundo Municipal de Apoio a Empreendedorismo — FUNDO EMPREENDEDOR DA CAPELA aos projetos de comercialização de armas ou de bens e serviços não protegidos pela legislação vigente."

Art. 13 Fica incluído o artigo 13 na Lei 553 de 18 de outubro de 2019, contendo a seguinte redação:

"Art. 13. Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, esta Lei."

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Capela, 06 de outubro de 2021

Silvany Yanina Mamlak

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAPELA-SE